



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Presidente

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Deputados

Carlos Eduardo Melo Braga	Cláudio Manuel Pacheco Medeiros
António José de Braga Sousa	Bruno Furtado Moniz
Hélder Herculano Pimentel Medeiros	
Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro	Maria Helena de Rodrigues e Ponte
Alexandre Custódio Batista Câmara Amaral	André Filipe Vicente Mansinho
Séfora de Fátima Santos da Costa Correia	Bruno Miguel Arruda Machado
	Zenaide Margarida Soares Henrique
Gilberto de Medeiros Caetano	Cláudia de Jesus Lima Cabral
João Alberto Carreiro de Medeiros Simas	Emanuel Frias Santos
Maria Paula Carvalho Dias Pimentel	Flávio Miguel da Ponte Pacheco
Edgardo Costa Madeira	António José Santos Ponte
Dinarte José Resendes Sardinha	Emanuel de Sousa Medeiros
Maria da Conceição Frias Santos	Arménio Maurino Correia Jardim
Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte	José Eduardo Costa

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - E N.º 405/2020 - PEDIDO DE RENOVAÇÃO/DESIGNAÇÃO - REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA CPCJ - VFC

PONTO DOIS - I N.º 134/2020 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO À ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL

PONTO TRÊS - I N.º 934/2019 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/2020 - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

PONTO QUATRO - I N.º 49/2019 - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO FINANCEIRO - EXERCÍCIO DE 2019 - 4.º TRIMESTRE ACUMULADO

PONTO CINCO - I N.º 983/2019 - INFORMAÇÃO - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

PONTO SEIS - I N.º 94/2020 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - HORTELÃ - SÃO PEDRO - VILA FRANCA DO CAMPO

PONTO SETE - I N.º 130/2020 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO

PONTO OITO - I N.º 136/2020 - 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram 20h00 -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- Registo de Presenças

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se que todos estavam presentes.-----
Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, Sabrina Marília Coutinho Furtado, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa.-----

- Aprovação da ata anterior

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 5 de dezembro de 2019, sendo a mesma aprovada por maioria, com abstenção do senhor Bruno Moniz, por não ter estado presente, naquela sessão.-----

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Municipal, Bruno Machado, para apresentar o Voto de Pesar, abaixo transcrito, pelo falecimento do Senhor Engenheiro Fernando Augusto Pacheco Costa. -----

“Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 18 de fevereiro de 2020, aos 78 anos, o Sr. ° Eng.° Fernando Augusto Pacheco Costa.

Cidadão, munícipe de elevada distinção e reconhecido como pessoa notável, elevou, com a sua vida e obra, a sua família e a sua terra e gentes.

O Eng.° Pacheco Costa prestou a Vila Franca e aos Açores relevantes trabalhos, que em muito contribuíram para o nosso desenvolvimento.



Na sua cidadania ativa destacou – se como fundador do PSD/Açores, ocupou o cargo de Diretor Regional dos Transportes, foi Presidente do Conselho da Administração da SATA, foi Presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo e Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia.

Foi também o primeiro Presidente da Mesa da Assembleia do Clube Naval de VFC.

Colaborou e apoiou diversas iniciativas culturais e desportivas.

Parte com o dever cumprido como Homem Público, corajoso e ímpoluto.

Era um homem que prezava o valor e a honra da palavra, e cultivava as suas raízes.

A Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo expressa os sentidos pêsames à sua esposa, filhos, filhas, noras, genros, netos e restante família.

Vila Franca do Campo, decerto, ficou mais pobre com a sua partida”

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

Pediu novamente o uso da palavra o membro da Assembleia, Bruno Machado para questionar o Presidente da Câmara sobre a ausência do “Concurso de Camas”, evento realizado na 3ª feira de Carnaval que, por ser um evento divertido, atraía visitantes ao concelho. Assim, questionou o Presidente sobre o motivo de a Câmara ter deixado de organizar o referido concurso e se haveria possibilidade de voltar a realizá-lo. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra conferida, respondeu que o Carnaval em Vila Franca do Campo nunca tivera a dinâmica de então. Referiu ter sido o maior evento da Ilha de São Miguel. Participaram cerca de duas mil (2000) pessoas e os bilhetes tinham-se esgotado. A sexta-feira começara com o habitual desfile carnavalesco das escolas; o sábado tinha-se procedido à inauguração do Campo de Jogos e as noites foram reservadas para os grandes bailes no Açor Arena. No domingo, teve lugar o Corso Carnavalesco, onde participaram várias organizações. Explicou que a Câmara se tinha reunido com os responsáveis das organizações para combinar o carnaval. Os responsáveis só quiseram sair no domingo, exceto a ADV que disponibilizou-se para animar a terça de carnaval. A Câmara disponibilizou-se para colaborar e ajudar financeiramente, porém não caberia à Câmara organizar eventos recreativos. Frisou que poderiam colaborar, mas nunca assumir todo o desenvolvimento.-----

Pediu a palavra o membro da Assembleia Carlos Braga para congratular o elenco camarário da inauguração do campo de jogos assim como a realização dos vários jogos. Concluiu que não importava quem tinha concretizado a obra, mas sim a realização da mesma.-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu as palavras e disse que a promessa fora cumprida. Afirmou discordar das palavras proferidas, uma vez, que importava muito ter presente quem tinha fechado e quem acabara por reativar o campo. Frisou que essa reativação tinha sido possível graças a esforços conjuntos e a gestão financeira criteriosa levada a cabo pelo elenco camarário tornara possível a sua concretização. Reafirmou tratar-se de uma infraestrutura importante para o futebol e para os vila-franquenses.-----

Pediu a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros para referir que a inauguração do Campo de Jogos da Mãe de Deus tinha sido fantástica e que havia muito tempo que não via um aglomerado de vila-franquenses como vira ali. Referiu que as modalidades de desporto ali contempladas tinham trazido uma genuinidade de convívio que havia muito tempo que



não se via. Referiu que tinha sido um esforço muito grande a construção daquele campo e arrematou dizendo que só quem estivesse no poder executivo o poderia ter feito. Concluiu dizendo que a oposição tinha registos da insistência para a construção daquele campo. Na mesma intervenção questionou o Presidente da Câmara sobre o caminho da Lazeira, freguesia da Ponta Garça. Referiu ser desafiante conduzir naquela estrada tendo em conta o mau estado em que se encontra a estrada e solicitou uma intervenção que se traduzisse numa melhoria/correção, de forma a corrigir as falhas existentes. De igual modo, questionou o Presidente da Câmara sobre o POC e lembrou que era um Plano que o município deveria contribuir com as alterações que achava necessário para precaver/rever as alterações com o intuito de organizar/gerir a Orla Costeira. -----

Perante o exposto o Presidente da Câmara solicitou o uso da palavra e referiu que a Oposição nas votações se tinha absterido sempre que o assunto era o Campo de Jogos da Mãe de Deus. Frisou que, quem se entusiasmava aprovava e o que se tinha visto na Oposição, nos momentos de votação, tinha sido a abstenção. No plano e orçamento onde estava inscrita a obra, o PSD abstinha-se. Relativamente à Lazeira referiu que a Câmara tinha feito intervenções, mas não iria fazer a pavimentação, uma vez que essa seria realizada na rua Professor Eduíno Terra Vargas. Quanto ao POC refere ser um plano especial dado que esse derrubava o plano geral. Referiu que sobrepunha-se ao PDM. Explicou que tinha levado esse assunto à AMISM e disse que todos os concelhos tinham a mesma problemática, dado que todos eram banhados pelo mar. Assim, referiu que o assunto iria ser tratado de uma forma geral e não local, tendo em conta que todos faziam parte da Ilha de São Miguel. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, para sugerir ao Presidente da Câmara algumas ideias para o Carnaval. Referiu que as tradições passavam pelos “mascarados” e disse que se deveria investir tendo em conta que o baile de Carnaval tinha sido um sucesso e que, daquele ponto de vista, se deveria “competir” com os Bailes do Coliseu. Lembrou que no anterior executivo se tinham realizado bailes alusivos aos anos 20 e, partindo dessa ideia, poder-se-ia fazer renascer/criar uma nova tradição. Na mesma intervenção questionou Presidente da Câmara sobre o investimento feito pelo russo que comprara o Aqua- Parque. Perguntou se a infraestrutura estaria concluída para a abertura da época balnear. Outra questão colocada prendeu-se com o “incidente” no forno da Olaria de São Pedro. Referiu ter tido conhecimento de terem colocado revestimento de piscina nas lajes de pedra. Perguntou se realmente era conforme o previsto para o local e chamou a atenção para o facto de as mesmas terem ficado irremediavelmente danificadas. -

O Presidente da Câmara, no uso da palavra conferida, referiu que era mais apologista de uma festa de Carnaval sem smoking. Não queria rivalizar com o Carnaval de Ponta Delgada e que eram mais populares os bailes de mascarados, pelo simples facto de as pessoas se fantasiarem ao gosto delas. Referiu que um salão com 40 pessoas não proporcionava a dança. O único local interessante para a realização de bailes era o Açor – Arena e a capacidade adequava-se a um grande número de pessoas. Relativamente ao Aqua- Parque o que tinha ficado no contrato era que a abertura seria no Verão e arrematou referindo que não tinha conhecimento de nenhuma data. Relativamente ao forno do “Senhor Carvalho”, propriedade da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara referiu que a obra tinha ficado muito bem-feita. Referiu ser uma estrutura de pedra que interessava preservar. Explicou que, com o tempo, o barro que cobria as pedras se tinha degradado e urgia conservar, com outros materiais, para não agravar a degradação. Referiu que o interior continuaria igual e o que se tinha feito foi



impedir a entrada de água para interior. Haveriam algumas televisões no espaço interior para mostrar a história da olaria. Informou que o exterior, parte superior do edifício, seria vedada ao público. Explicou que os vendedores no ato da venda e na realização das escrituras impuseram uma condição/cláusula que consistiu na utilização do balcão para observação das procissões. Frisou que o Património era visto por dentro e não por fora. O que a Câmara tinha feito não tinha sido mais do que uma impermeabilização e a técnica utilizada era a única adequada. Desse modo, o património seria preservado para as gerações vindouras. Acrescentou que ali ficaria material de cariz informático e que não se poderia correr o risco de entrar água no interior colocando, dessa forma, em risco todo o investimento aplicado. Salientou que o Forno se integrava no Roteiro das Olarias, projeto executado na Freguesia de São Pedro.-----

Pedi a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, Arménio Jardim, para a apresentar o Voto de Pesar que abaixo se transcreveu. -----

“VOTO DE PESAR

Matilde d’Andrade Rodrigues

Matilde d’Andrade Rodrigues, filha de Manuel Nuno Rodrigues e de Virgínia Maria d’Andrade, que tiveram oito filhos, cinco raparigas e três rapazes, natural da freguesia de São Miguel, concelho de Vila Franca do Campo, nascida a 26 de fevereiro de 1936. Foi residente na Rua da Vila, n.º 35, freguesia de Ribeira das Tainhas, concelho de Vila Franca do campo, tendo falecido a 15 de janeiro de 2020, aos 83 anos de idade.

Frequentou a Escola em Vila Franca do Campo, até ao 2º ano antigo (6º ano), tendo se deslocado, posteriormente, para Ponta Delgada para frequentar os 3º, 4º e 5º anos no Liceu Antero de Quental.

Frequentou também o Magistério Primário, tendo terminado os seus estudos aos 19 anos, em que iniciou a sua atividade de professora primária, que exerceu durante 36 anos, tendo sido professora de várias gerações. Lecionou nas freguesias de Ribeira quente, Ponta Garça, São Miguel e Ribeira das Tainhas. A última turma que lecionou foi entre 1987-1991, da qual me orgulho de ter feito parte e de a ter tido como professora.

Para além da herança cultural que a professora Matilde Rodrigues deixou, também foi uma figura incontornável da Igreja na Ribeira das Tainhas e, em geral, da Ilha de São Miguel.

Foi fundadora e dirigente da Ação Católica Rural, que dinamizou a nível da ilha de São Miguel. Foi uma defensora incontornável do Ambiente, incentivando a população a criar uma planta, que era sorteada na celebração do dia do ambiente na Ribeira das Tainhas, evento organizado por ela, durante vários anos. O evento, a chamada “festa das Plantas”, contava também com uma tarde de formação, para a qual convidava todos os anos um orador diferente para falar sobre a temática do ambiente.

Para além do trabalho de catequização e cristianização da população, com o seu exemplo de generosidade, de disponibilidade e de amor ao próximo, foi uma figura sempre presente em todos os momentos da Paróquia do Bom Jesus Menino, apoiando a comunidade em todos os seus momentos, principalmente os de maior fragilidade.

Foi durante muitos anos a voz da comunidade no Conselho Pastoral da Paróquia, com uma tomada de posição muito assertiva e encorajadora. Destacou-se também



enquanto Ministra Extraordinária da Comunhão, pela presença sempre atenta junto dos mais fragilizados, os doentes e os idosos, a quem procurava sempre levar uma palavra de conforto e de esperança. Personalidade exemplar no que respeita ao contributo magnânimo para obras da igreja e para a compra de objetos facilitadores de culto religioso, como são o caso do Senhor Crucificado de Thedim e o órgão para o Coro.

Para além de ser uma presença constante em todos os momentos de formação e ação da paróquia e ouvidoria, também foi durante muitos anos, a encarregada do arquivo paroquial, registando e organizando todos os processos canónicos de casamentos, batizados, óbitos, entre outros serviços de secretaria da Paróquia. Exerceu esses serviços até à sua condição de saúde lhe permitir.

O seu amor pela Paróquia era tanto que, já nos últimos dias da sua vida, com algum apoio, fez questão de estar presente, pela última vez, na missa da Festa de Nossa Senhora da Conceição, que se realizou no dia 8 de dezembro de 2019.

Muitos com certeza concordariam que, apesar de pôr obra do destino não ter sido mãe biológica, teve muitos filhos de coração, a começar pelos seus queridos familiares que tanto estimava, passando pelas dezenas de alunos que teve e pelos filhos da freguesia da Ribeira das tainhas, que tanto acarinhou ao longo da sua vida, com o seu exemplo de acolhimento e dedicação.

Foi uma senhora de bom caráter, de silêncio e de postura firme, de coração meigo e fiel, perante todas as adversidades da vida. Um exemplo de vida!!!!

Um muito obrigado em nome da Freguesia da Ribeira das Tainhas.”

Pediu também a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros que, em nome da bancada do PSD, anunciou que se juntavam ao voto de pesar apresentado. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

Pediu a palavra o membro da Assembleia André Mansinho que manifestou discórdia relativamente às palavras proferidas pelo membro da Assembleia Municipal Carlos Braga, quando esse referiu que não importava quem tinha feito o campo. Referiu que importava, na medida em que tinha sido aquele elenco camarário quem tinha feito com que houvesse um campo e, perante tal empenho e esforço financeiro, apresentou um voto de congratulação. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros para fazer uma Declaração de Voto. Assim, não obstante, concordar com o que foi dito pelo membro da Assembleia André Mansinho, referiu não ser usual congratular um executivo camarário sobre uma obra feita quando essa seria a obrigação legal desse executivo realizar a mesma. Contudo, pelo esforço e feito realizado congratulava a Câmara Municipal pelo impacto que a obra tivera. -----

O membro da Assembleia, Emanuel Medeiros, solicitou o uso da palavra para questionar sobre o início das obras do parque de estacionamento da rua de São João e da requalificação do parque de estacionamento no entroncamento da Estrada Regional com



a Estrada Nova. Outra questão/preocupação apresentada teve a ver com os constrangimentos provocados pelo trânsito parado na rua Teófilo Braga, dado que a via estaria ocupada com veículos parados (cargas/descargas) junto aos estabelecimentos comerciais na citada rua. Referiu que a preocupação surgira na medida em que estaria para breve a abertura de um novo estabelecimento comercial. Questionou o Presidente da Câmara sobre as medidas a serem implementadas na tentativa de solucionar um problema que se tornaria crescente. -----

O Presidente da Câmara, em uso da palavra, respondeu que, quanto ao estacionamento da Rua de São João, freguesia da Ribeira Seca, era para ser executado nesse mandato, mas que ainda não existia uma data definida para a sua concretização. No que respeitava ao parque de estacionamento frisou que esse assunto não era um compromisso da Câmara Municipal e que dizia respeito ao Governo Regional. No entanto, adiantou que iria ter uma reunião com a Secretária e que iria abordar esse assunto. Quanto à última questão respondeu não acreditar que seriam efetuadas as cargas e descargas em período diurno. Todavia, caso se viesse a concretizar, a câmara estaria atenta e as regras de trânsito seriam aplicadas. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - E N.º 405/2020 - PEDIDO DE RENOVAÇÃO/DESIGNAÇÃO - REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA CPCJ – VFC

Foi presente à sessão um ofício da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca do Campo, a solicitar a Renovação/Designação, de dois membros eleitos pela Assembleia Municipal, pela razão do termo do primeiro mandato de Andréa Margarida Vicente Junco, a 23/012/2020 e Maria Rita Cabral Rodrigues, a 27/04/2020. Foi proposto a Designação de Flávio Miguel da Ponte Pacheco e a Renovação de Maria Rita Cabral Rodrigues. -----

Colocada a votação a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS - I N.º 134/2020 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO À ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL

Foi presentada à sessão, a proposta de adesão à Adapt.Local – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, criada na sequência do projeto ClimAdaPT, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). -----

Relativamente a esse ponto, o Presidente da Câmara informou os presentes que o Município de Vila Franca do Campo fazia parte da ADAPT-Local que, em 2016, formularam estratégias para combater as alterações climáticas. Referiu que assim tinha



sido formalmente criada uma Associação que lutasse pelas crescentes preocupações climatéricas. Esclareceu que aqueles ideais poderiam alargar-se a novas instituições e que a forma de trabalhar localmente era uma boa estratégia para se conseguir efeitos a longo prazo e num contexto mais alargado. Informou que os Estatutos da Associação seriam apresentados à Assembleia assim como todos os itens importantes e relevantes para análise. -----

Solicitou a palavra o Membro da Assembleia Hélder Medeiros para questionar o Presidente da Câmara sobre quem lideraria a Associação. -----

O Presidente da Câmara relativamente à questão colocada respondeu que seria uma liderança rotativa e que seria a Câmara de Loulé quem asseguraria numa primeira instância. Concluiu referindo que seria rotativo por todas as Câmaras associadas. -----

Colocada a votação a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS - I N.º 934/2019 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/2020 - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

Foi presente à sessão a proposta de deliberação sobre a prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas (Roc), com a firma Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados (SROC). -----

Colocada a votação a proposta, foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO - I N.º 49/2019 - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO FINANCEIRO - EXERCÍCIO DE 2019 - 4.º TRIMESTRE ACUMULADO

Foi presente à sessão, a informação sobre o Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano de Reequilíbrio Financeiro – Exercício de 2019, do 4º trimestre acumulado.----

O Membro da Assembleia Bruno Moniz, no uso da palavra conferida, tendo em conta que o fecho das contas relativas ao ano 2019 estariam a concluir-se, questionou o Presidente da Câmara sobre os custos das festas de Carnaval para a Câmara Municipal. -----

O Presidente da Câmara respondeu que nenhum apoio era cedido a uma instituição sem ser aprovado pela câmara municipal. Esclareceu que eram sempre objeto de avaliação/aprovação. Referiu que haviam parceiros que propunham à Câmara Municipal a organização de determinados eventos e que, esse ano, o valor dado às instituições deveria aumentar. A receita tinha aumentado e como era hábito haveria uma maior distribuição. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



PONTO CINCO - I N.º 983/2019 - INFORMAÇÃO - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Foi presente à sessão a informação sobre Compromissos Plurianuais, relativo aos contratos de prestação de serviços na modalidade de AVENÇA. -----

O Membro da Assembleia Bruno Moniz, tendo em conta os montantes existentes nos contratos, questionou o Presidente da Câmara quanto aos custos daqueles serviços para a Câmara. -----

O Presidente da Câmara, em resposta à solicitação de esclarecimento, referiu que, para além dos serviços, estavam as avenças e que, por vezes, havia necessidade de contratar serviços externos. Quando eram obras realizadas pela Câmara Municipal o arquiteto da Câmara era quem fazia os projetos. Quando eram obras de dimensão considerável tinha-se que recorrer a técnicos externos. -----

O Membro da Assembleia Hélder Medeiros referiu que havia lugar nos quadros da Câmara para admissão de um jurista e que seria uma mais-valia se houvesse um concurso, uma vez que existia uma jurista em desempenho de funções em situação precária.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO SEIS - I N.º 94/2020 - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - HORTELÃ - SÃO PEDRO - VILA FRANCA DO CAMPO

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, sobre a afetação ao Domínio Público Municipal da área de 174,00 m2, ou a que melhor vier a ser medida pelos serviços competentes da Divisão de Informação Cadastral, que já se encontra integrada no domínio público municipal – Caminho em Hortelã, freguesia de São Pedro, Vila Franca do Campo, do prédio rústico inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 109, da Secção C, da freguesia de São Pedro, concelho de Vila Franca do Campo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo, sob o nº 205, da mesma freguesia, sito em Hortelã, São Pedro, em Vila Franca do Campo. -----

Colocada a votação a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE - I N.º 130/2020 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, para a alteração ao Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município de Vila Franca do Campo. -----

Relativamente a esse ponto o Presidente da Câmara explicou que a proposta apresentada visava formalizar a abertura da Loja do Município na freguesia de Ponta Garça. -----

Colocada a votação a proposta, foi aprovada por unanimidade.-----



PONTO OITO - I N.º 136/2020 - 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

Foi presente à sessão a proposta de deliberação da 1ª Revisão Orçamental. -----

O Presidente, no uso da palavra conferida, explicou que esse ponto se prendia com várias questões nomeadamente com a obra de recuperação do Museu Municipal cuja candidatura tinha sido feita aos fundos comunitários e que não tinha sido cabimentada. Assim sendo, seria possível alterar o orçamento e realizar obras como o saneamento das ruas do Carneiro, *Fall River*, Laranjeiras e Senhora da Paz. Essa seria uma obra prioritária por ser necessária e vantajosa para o município. Esclareceu que as outras alterações estariam relacionadas com as obras na Avenida Vasco da Silveira; com o antigo Barracão de Peixe; com a aquisição de uma máquina giratória para a proteção civil e viatura quatro por quatro; equipamentos de drenagem de fossas que simultaneamente faria uma monda térmica e, assim, punha fim ao uso dos glifosatos no município. No seguimento da intervenção ainda esclareceu que os juros que se pagariam às instituições financeiras passariam a ser pagas ao FAM. Nesse sentido, alertou a oposição que, para serem lembrados no momento da inauguração das obras, teriam que votar favoravelmente os orçamentos apresentados. A abstenção significava indiferença relativamente ao que se fazia. Porém, acrescentou, que a votação na abstenção não deixava de ser não um direito democrático. -----

Solicitou a palavra o Membro da Assembleia Carlos Braga que referiu que as obras de saneamento básico e requalificação dos passeios na rua do Carneiro e *Fall River* tinham sido uma reivindicação do PSD e, por isso, achava que se deveria votar favoravelmente.

O membro da Assembleia Bruno Machado, no uso da palavra conferida, questionou se o saneamento básico e o escoamento do caudal daquela zona, tendo em conta a densidade populacional, não deveria ser reforçado a jusante de modo a poder receber o volume de águas sanitárias e fluviais. Referiu que a rede antiga poderia estar obsoleta e questionou se melhorando a montante não se estaria a criar um problema a jusante. -----

O Presidente da Câmara respondeu que não poderia responder com exatidão, dado que essa seria uma situação a ser analisada pelos técnicos e entendidos na matéria. Referiu que o técnico estaria a fazer o projeto e seria apresentado assim como as opções técnicas disponíveis.-----

Retomou a palavra o membro da Assembleia Bruno Machado para questionar se tinham sido realizados estudos sobre o suporte do caudal.-----

O Presidente da Câmara, à questão colocada, respondeu que o projeto certamente deveria contemplar essas questões. Os caudais deveriam ser contidos dentro das canalizações, contudo iria confrontar o engenheiro com as questões apresentadas. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da Assembleia Hélder Medeiros que referiu que, no dia em que o Plano e Orçamento só contemplasse as grandes opções do Plano, seria o dia em que votariam a favor. Solicitou informação como sabiam as Câmaras o plafom ao qual



tinham direito através das candidaturas aos fundos Comunitários Europeus e como era feito a gestão do mesmo. Referiu que o projeto pensado para o Museu excedia o que deveria ser feito e o fato de não ter sido aprovado tinha sido vantajoso, uma vez que permitiu, com a redistribuição de valores, que outras obras se concretizassem e, sob esse ponto de vista, tinha sido uma boa opção a decisão de candidatura desse projeto. Solicitou informação, dado que desconhecia, como sabiam as câmaras o plaform que lhes cabia.---

O Presidente da Câmara, no uso da palavra conferida, referiu que se estava a fazer a revisão orçamental e essa implicava a revisão de 4 ou 5 rubricas e, por isso, deixar-se-ia de se fazer algumas obras nomeadamente a obra do Museu porque não havia fundos comunitários. Esclareceu que conheciam o plaform, que os fundos do quadro comunitário estavam no fim e que muitas Câmaras como não gastavam o plaform que tinham. Nos anos anteriores tinha havido uma redistribuição das verbas e, tendo em vista esse procedimento, foi submetido o projeto a candidatura para que, no caso de haver uma redistribuição/ reprogramação financeira, o projeto estaria contemplado. Assim, na mesma linha de exposição frisou que se tinha tirado a obra do museu, mas que se tinha inscrito 3 fiscalizações nomeadamente a do Corpo Santo, a do Pavilhão e Centro histórico de Água D'Alto. Os contratos iriam ser adjudicados e a fiscalização se iria fazer; ir-se-ia proceder à aquisição de uma máquina giratória e um veículo de quatro por quatro para a proteção civil. Face ao exposto o Presidente da Câmara disse que a oposição ou votaria a favor ou abstinha-se. Referiu que antes da apresentação do orçamento se tinham reunido com o grupo partidário PSD e tinham chegado a um consenso e tinham sido aceites condições apresentadas pelo mesmo, no entanto na reunião da Câmara e perante a apresentação do orçamento a votação tinha sido a abstenção. Tendo em conta o exposto, referiu que estava antevendo qual seria a votação e, assim sendo, não poderiam nas alturas das inaugurações serem lembrados como intervenientes na ação. As obras iriam ser feitas porque eram importantes para o concelho e referiu ter pena que o PSD enveredasse pelo voto da abstenção porque era o mesmo que dizer que tanto fazia. A forma como se votava tinha peso e tinha que ser esclarecida. -----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Emanuel Medeiros que referiu que a questão debatida tinha sido abordada em reuniões anteriores e que havia dito que, assim que fosse esclarecida a verba, votariam a favor. Manifestou esperança de sobrar dinheiro para que na próxima revisão em abril, pudessem ser contempladas as obras do caminho do Aldeamento da Figueira do Casquete.-----

O membro da Assembleia Edgardo Madeira, no uso da palavra, perguntou se o pavimento seria novo ou se iriam colocar novamente a pedra de calçada, uma vez que era uma calçada histórica e, na sua intervenção, sugeriu que fosse aplicada nas vias do centro histórico ou em zonas de restauração. Referiu não concordar que o voto Abstenção fosse classificado com o sendo um voto de tanto fazia. Referiu que se tratava de uma forma de respeitar quem tomava as decisões. -----

O Presidente da Câmara em resposta ao exposto disse não saber como iria proceder tendo em conta que ainda não tinha recebido o projeto. Reiterou que a votação Abstenção significava tanto fazia. Todavia, não significaria que se deixasse de fazer um acompanhamento das coisas. -----



Colocada a votação a proposta, foi aprovada por unanimidade. -----

O membro da Assembleia Helder Medeiros, solicitando o uso da palavra, apresentou uma declaração de voto em que referiu que não houve acondicionamento e que havia uma tendência em colocar orçamento e revisão num mesmo bolo. Disse que aquela era efetivamente uma votação na especialidade. Eram votos concretos em que as decisões tomadas eram também concretas. O voto tinha sido nesse sentido. O interesse público tinha-se sobreposto ao interesse partidário. O voto não tinha sido de grupo mas sim um voto consciente de cidadão. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte duas horas e oito minutos (22h08m), a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém treze folhas. -----

A Presidente da Assembleia Municipal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

A 1.^a Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel